

FNE pede a novo Governo reforço de verbas de 6% do PIB para a Educação

jornaleconomico.sapo.pt/noticias/fne-pede-a-novo-governo-reforco-de-verbas-de-6-do-pib-para-a-educacao/

12 de março de 2024

[Economia](#), [Educação](#), [Sapo Economia](#)

“É inadmissível a contínua degradação das suas condições de trabalho, nomeadamente no que concerne à remuneração”, critica a comissão executiva da FNE em comunicado enviado hoje para as redações.



[Jornal Económico com Lusa](#)

12 Março 2024, 16h08

A Federação Nacional da Educação (FNE) defendeu hoje um reforço de financiamento no setor de, pelo menos, 6% do PIB e melhores condições laborais, lembrando que muitos trabalhadores escolares ganham “salários próximos do mínimo nacional”.

Segundo a FNE, os docentes e técnicos superiores perderam entre 25% a 30% do seu poder de compra, assim como muitos outros “trabalhadores nas escolas auferem salários próximos do mínimo nacional, sem perspectivas de progressão na carreira”.

A FNE pede ao próximo Governo que assuma o compromisso de recuperar o poder de compra dos educadores, através da atualização dos seus índices remuneratórios.

Este é uma das reivindicações da federação que defende o reforço de financiamento do setor em, pelo menos, 6% do PIB até ao final da atual legislatura, de forma a responder a todos os setores da educação, desde a educação para a infância até ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida.

“A educação e a formação devem ser o pilar central das políticas públicas do próximo Governo. Esta visão assenta na inegável importância da educação como motor do progresso económico, social e ambiental, assegurando um futuro próspero e sustentável para Portugal”, afirma a comissão executiva.

A FNE apela à rápida implementação de processos negociais que visem a resolução célere de vários desafios, como o de garantir que o próximo ano letivo seja preparado atempadamente e que sejam reforçadas medidas que previnem a indisciplina e violência em ambiente escolar.

No caso concreto dos professores, a FNE volta a alertar para a necessidade de medidas que tornem a profissão atrativa de forma a conseguir atrair mais jovens e assim promover o rejuvenescimento dos profissionais (a maioria dos professores do ensino obrigatório tem mais de 50 anos).

Iniciar processos negociais que tenham por objetivo a valorização da carreira docente, garantindo que todo o tempo trabalhado será contabilizado para efeitos de progressão ou aposentação é outra das reivindicações.

No ensino superior e na ciência, a prioridade deve ser para o fim dos vínculos precários e para a valorização das carreiras de investigação.

- Últimas
- +Populares

Agora

Portugal emitiu 1.001 milhões de euros a sete e 18 anos

12h09

Receitas da Altice Portugal aumentaram 10,5% em 2023

12h09

PCP vai apresentar moção de rejeição a Governo de direita

11h58

“Não reconhecemos”. Sonae vai contestar pagamento de 1,3 milhões de imposto sobre lucros extraordinários

11h55

Insurtech Mudey lança “copiloto” tecnológico dos mediadores de seguros

11h52

Cabo Verde prepara portal para criação de empresas na Internet

11h40

Exilados russos na Alemanha preferem permanecer “invisíveis”
